

ticando a sua situação contraditória de representante de interesses do Estado e de representante de interesses da Light — todas as pessoas, que desta tribuna debateram contra ele, também se mostram favoráveis ao meu projeto, que afastaria, definitivamente, o truste e seria, portanto, a única solução aceitável.

Mas o meu projeto está engavetado. Ele não passa da renovação de providências anteriores apresentadas por outros parlamentares em outras legislaturas. Por que não vem à discussão? Por que não se joga neste plenário uma proposição que o próprio Sr. Governador de então, Jânio Quadros, estava na obrigação de sancionar? Por quê? Explicarei a V. Exas. esta história da obrigação de sancionar. Sim, o Sr. Jânio Quadros, como Governador de São Paulo, tinha obrigação de sancionar o meu projeto, porque S. Exa., quando deputado e membro da Comissão de Constituição e Justiça, aprovou o projeto. S. Exa. manifestou-se inteiramente de acordo com a proposição. Foi para o Governo do Estado e agora encontra-se na Presidência da República.

Tem S. Exa. em mãos todos os meios, todos os recursos, todo o poder para atualizar a sua política no terreno da energia hidrelétrica em todo o país. Por que não se torna S. Exa. um presidente realmente corajoso? Por que não rompe com todos os trustes estrangeiros que S. Exa. não mencionou na sua primeira fala presidencial? Por que não se mostra S. Exa. um presidente do século XX, capaz de dar lições aos trustes estrangeiros que há longos anos exploram a nossa terra e o nosso povo. É isso que esperamos de S. Exa. Quero ser indiscreto e afirmar que o atual Presidente da República, já eleito mas então ainda não empossado, me enviou, por intermédio do deputado Araripe Serpa, hoje elemento da sua Casa Civil, a lei de reforma agrária da Venezuela para que a estudasse e fizesse desta tribuna um dois ou três discursos, que enviaria a S. Exa. Eu já conhecia a lei da reforma agrária venezuelana. Eu conheço o único governo de Rómulo Bettancourt. Não ignora as concessões que esse governo tem por hábito fazer ao imperialismo norte-americano. Conheço a timidez do seu governo. Então não seria necessário fazer um longo discurso, nem mesmo um breve discurso sobre a reforma agrária da Venezuela. Reforma agrária não é assunto de muitos artigos. Reforma agrária não é assunto de longos projetos. Reforma agrária é coisa que podemos sintetizar com as palavras do líder anti-salazarista o Comandante Henrique Galvão. Reforma agrária é dar terra aos que nela trabalham, como reforma urbana é dar casa aos que nela vivem. O mais é regulamentação. O mais é coisa que não tem importância. É coisa que pode ser feita até mesmo sem regulamentação nenhuma... Reforma agrária é aquilo que Sartre acentua no seu livro, "Furacão sobre Cuba" ao elogiar em poucas palavras três ou quatro artigos fundamentais da reforma agrária cubana. Desculpe-me, portanto, o atual Presidente da República Sr. Jânio Quadros, a minha indecência de não atender ao seu amável convite, de não pronunciar uns dois ou três discursos sobre a reforma agrária da Venezuela e de não os enviar a S. Exa.

Não creio muito em governos tímidos, como o de Rómulo Bettancourt. Creio em governos corajosos, como o de Fidel Castro.

Srs. deputados, mas tudo isto está entrosado com o problema hidrelétrico. Não é possível uma reforma agrária em São Paulo e no Brasil enquanto a política hidrelétrica for a que aí está, beneficiadora da "Light and Power" política extremamente conservadora, que entrega ao truste estrangeiro, para distribuição, a energia produzida por empresas nas quais se encontra o dinheiro do povo. (Muito bem!)

Em estas as considerações que me cumpria, nesta segunda oportunidade, fazer sobre o Projeto de lei 121960.

O Sr. Governador do Estado deve, realmente, vetar — seria um "auto-veto", mas seria um veto — o art. 32, que cria o privilégio para os advogados, e deve vetar mais uma vez, a providência que, segundo me consta já existe em emenda com número regimental de assinaturas, pronta para ser apresentada, e que manda contar em dobro o mandato do deputado funcionário público, para fins de aposentadoria.

Sr. Presidente cedo o restante do meu tempo ao nobre deputado Luciano Lopera.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Luciano Lopera por 32 minutos por cessar o nobre deputado Cia Franco.

O SR. LUCIANO LOPERA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, a nossa presença, nesta tribuna, não tem finalidade obstrucionista. Durante a primeira discussão desta matéria fizemos questão de não usar da palavra, porque a minoria anunciara que não tinha nenhuma intenção de obstruir o debate do Projeto 1219, chamado projeto de caráter financeiro, mas que também pode ser chamado projeto tipo saco-de-gatos, uma vez que num só processo estão incluídos trinta proposições diferentes.

É, sem dúvida, um novo tipo de legislação. Até agora nós entendemos que os parlamentos discutem projetos um a um, principalmente quando eles são de importância fundamental, como certas matérias incluídas no presente processo. Mas vemos que o Sr. Governador Carvalho Pinto é, sem dúvida, um inovador, ou um condensador, como diz o nobre colega Bravo Caldeira. S. Exa. numa espécie de passe de mágica política, agrupa, num só processo, trinta projetos diferentes. Há, aqui, projetos de todos os tipos: há projetos falando sobre juiz que faz casamentos, há projetos falando sobre café, projetos dispondo sobre questões de energia elétrica, projetos dispondo sobre problemas de interesse de funcionários públicos, enfim, é um verdadeiro saco-de-gatos.

Nunca vimos nenhum Parlamento discutir processo desta natureza, ou seja, discutir em conjunto 30 projetos, uns importantíssimos, outros de importância mais restrita, mas, de qualquer maneira, um autêntico saco-de-gatos.

Dizíamos, inicialmente, que não tínhamos e não temos intenção de obstruir. Vimos, isto sim, que durante a 1ª discussão do projeto surpreendentemente a maioria parlamentar, subserviente ao Governo, é que passou a obstruir. Inúmeras sessões foram convocadas pela maioria, e, em seguida, os seus componentes abandonavam o plenário, enquanto um deles solicitava verificação de presença, verificando a Presidência, então, não haver número para o prosseguimento da discussão. Vimos, pois, a própria maioria obstruindo. Entretanto, não podemos deixar de ocupar a tribuna, nesta 2ª discussão da matéria, uma vez que devemos combater, coerentes com o nosso ponto de vista, projetos aqui incluídos, como aquele que pretende dar 10 bilhões de cruzeiros à CHERP e à USELPA. O assunto foi longamente debatido. Congratulo-me com aqueles dois deputados da maioria — Srs. Mendonça Falcão e Arruda Castanho — que durante a 1ª discussão da matéria souberam situar muito bem o problema, alterando a Casa para o fato de que nós os representantes do povo, não temos nenhum direito de dar 10 bilhões de cruzeiros (dinheiro do povo) à CHERP e à USELPA, uma vez que esse dinheiro será, direta ou indiretamente, canalizado para os cofres da Light. É mais uma vez, um Governo de Estado que, seguindo os ensinamentos negativos de estadistas que infelizmente existem desde que existe o Brasil, continua a pregar ao povo que o Estado não tem dinheiro para construir usinas hidrelétricas, e, no entanto, os mesmos governantes arrecadam dinheiro do povo, constroem usinas com esse dinheiro e entregam a distribuição da energia elétrica a uma empresa privada, no caso a um truste estrangeiro, como sóe ser a "Light and Power".

Mas se dinheiro não existe para o Estado construir usinas, como é que esse mesmo Estado tem dinheiro para construí-las e entregar a distribuição da energia elétrica a uma empresa privada? Nós todos sabemos que o que dá lucro não é construir a usina, mas, sim, distribuir a energia elétrica. Então, o que se verifica mais uma vez é que, em se tratando de resolver problemas fundamentais, os governantes fazem com que o povo fique com o osso entregando o filé "mignon" a empresas particulares, principalmente a trustes e monopólios internacionais.

Não sei que representante do povo pode ser de fato representante do povo se apoiar, se aprovar com o seu voto projeto de lei assim nocivo à economia do povo paulista. Devemos sim dar dinheiro à CHERP, à USELPA, à COSIPA, mas desde que esse dinheiro reverta em benefício do povo. O Estado teve que construir as usinas hidrelétricas, mas ao mesmo tempo explorar essas usinas em favor do próprio povo, negando-se a entregar a distribuição da energia elétrica a uma empresa qualquer, seja nacional ou estrangeira principalmente em se tratando de um truste ou monopólio internacional.

E falando a respeito da Light, sabemos que essa companhia foi sempre um estrão dentro de outro Estado. Temos em mãos o jornal "O Semanário", bravo jornal nacionalista dirigido por Oswaldo Costa, editado no Rio de Janeiro. Na edição correspondente à semana de 1 a 7 de janeiro do ano corrente, "O Semanário" publica, na sua primeira página, uma notícia com o seguinte título: "Um bilhão de dólares — lucro remetido pela Light". A Light do Rio de Janeiro remeteu para o exterior durante apenas três anos, de 1950 a 1953, um bilhão de dólares. Notem bem Srs. deputados não se trata de um bilhão de cruzeiros, mas de um bilhão de dólares a 200 cruzeiros por dólar. Diz a notícia que esse dinheiro daria para pagar o aumento do funcionalismo carioca durante 40 anos, construir 40.000 escolas e cobrir metade do déficit do balanço de pagamentos do país. No entanto isso continua sendo feito em todo o país sem que as forças morais atuem para o problema. As forças moralistas a que me refiro são aquelas políticas demagogas que pretendem inculcar ao povo, e às vezes com êxito que não se trata de problemas fundamentais mas apenas de efeitos desses mesmos problemas. Dizem até — essa é uma tática hábil dos políticos demagogos — que o funcionalismo público, por exemplo, é a causa fundamental da miséria e do atraso do país. Eles dizem ao povo, aos operários e aos camponeses, que, se não houvesse au-

mento para o funcionalismo público, pronto!, como num passe de mágica, tudo estaria resolvido.

— (É dado um aparte sem solicitação.)

Sr. Presidente, estou sendo apartado ao arrempio do Regimento e ouço uma voz dizer que ninguém mais diz isso, quando, ainda ontem, o Sr. Jânio Quadros e muitos de seus adeptos, em praça pública, afirmavam e reafirmavam a tese de que precisavam moralizar o funcionalismo público. Os jornais de ontem anunciaram "Começou a devassa — Mil e tantos barnabés já foram despedidos". Vejam. É a obra do grande estadista: punir mil barnabés. Mas não dizem uma palavra, todos jânistas ou antijânistas que defendem essa tese não dizem nunca uma palavra contra roubos como esse, em que apenas uma empresa envia para o exterior um bilhão de dólares.

Então, estamos vendo que as águas estão bem separadas. Todos os nacionalistas apontam os problemas fundamentais, corrigem certos erros e defeitos da nossa estrutura administrativa mas nunca tiveram a coragem ou a falta de vergonha de dizer ao povo que esses problemas fundamentais dependem, por exemplo, do excesso de funcionalismo. Não. Nós dizemos que os problemas fundamentais, em se tratando de economia, continuam a ser aqueles que todos conhecem, ou seja, meia dúzia de grandes trustes que controlam o grosso da nossa economia e enviam para o exterior todas as nossas economias. Há erros no funcionalismo, em qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal; mas isso não é um problema fundamental. Então, sabemos que no momento as águas estão divididas. Veja, nobre deputado Onofre Gusuen: parece muita coincidência o fato de aqueles que não atentam para esses problemas fundamentais, viverem apontando certos efeitos como causa. Não apontam as causas. Apontam os efeitos, a fim de confundir o povo que, de fato, vê e sente os efeitos, uma vez que não pode viver nos bastidores, uma vez que não pode, em inúmeras ocasiões, ver e sentir aquilo que de fato é fundamental.

O Sr. Wilson Lapa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Já tive oportunidade de dizer a V. Exa. que essa balela de que o funcionalismo público, seja estadual ou nacional, é o responsável pelo desajustamento, pelas incompreensões, pelas crises políticas, sociais, administrativas e econômicas, já tive oportunidade de dizer que essa balela é de um passado distante. Ninguém mais diz isso. Entretanto, apartei V. Exa. de maneira anti-regimental porque não havia nem razão para um aparte. É hábito de elementos como V. Exa. aproveitar às vezes determinados assuntos, para, torcendo-os, dar-lhes entendimento todo original, para o efeito de defender teses que realmente não estão impregnadas no sentimento, na sinceridade e no comportamento de V. Exas. Foi por isso que interrompi, talvez indecadeladamente, anti-regimentalmente, o discurso de V. Exa., dizendo que aquilo é coisa do passado. Ninguém, hoje em dia, responsabiliza governo algum por causa de funcionalismo público. V. Exa. sabe disso.

O SR. LUCIANO LOPERA — Dou o aparte ao deputado Onofre Gusuen, para depois responder ao aparte do deputado Wilson Lapa.

O Sr. Onofre Gusuen (Com assentimento do orador) — V. Exa. se referiu, nobre deputado Luciano Lopera, à questão da distribuição de energia elétrica. Queriam, num ligeiro aparte, dizer que, se antigamente os obns negócios eram os "negócios da China", ultimamente passaram para a Índia, nos tempos hodiernos, se faz o que se está fazendo no Brasil. O difícil é construir as hidrelétricas, e o bom negócio é vender a eletricidade. É isso que se vem fazendo aqui: entregamos a companhias como a "Light", a "Bond and Share" a exploração do povo, feita através da distribuição de energia elétrica.

O SR. LUCIANO LOPERA — Muito obrigado, nobre deputado Onofre Gusuen. Não sei se deveria responder agora ao aparte que me honrou o deputado Wilson Lapa, que me parece difícil de responder, pela subjetividade que S. Exa. nele demonstra. S. Exa. polícia o cérebro alheio, e diz que eu me aproveito de certos assuntos para deturpá-los e defender uma tese que eu, sinceramente, não apoio. Mas, se há aqui um projeto falando na questão da energia elétrica, assunto que vem sendo longamente debatido na Casa! O deputado Hilário Torloni ficou ontem cerca de três horas na tribuna, falando sobre este assunto, e defendendo a minha tese, ou seja, combatendo o envio criminoso, para o exterior de dinheiro brasileiro. O deputado Mendonça Falcão oborou a mesma tese. O deputado Arruda Castanho esteve nesta tribuna, e defendeu tese idêntica. O deputado Rocha Mendes Filho fez o mesmo. O deputado Jethro de Faria Cardoso tem falado sobre o assunto, e, na última vez em que ocupou a tribuna, também ficou três horas, dando uma aula técnica sobre a matéria. Quanto a mim, é este um assunto que me interessa e que sempre debati.

O Sr. Wilson Lapa (Com assentimento do orador) — Estou de pleno acordo com V. Exa. O discurso pronunciado ontem pelo deputado Hilário Torloni, excluindo-se os ataques dirigidos à pessoa do Governador do Estado, com os adjetivos por ele usados, estou de acordo com a tese nele defendida, inclusive com as alegações, com os ataques formulados ao governo do Estado, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista legal inclusive, quando não manda para ser aprovado, o que é obrigação do governo. Estou de pleno acordo com o discurso do deputado Hilário Torloni, que considero uma das peças mais importantes das pronunciadas nesta Casa. Não sou homem servil ao governo. Sirvo sobretudo ao meu ideal e à minha convicção. Concordo com V. Exa., quando diz que o problema da energia elétrica é fundamental e que essa atividade deve ser explorada e defendida pelo Estado. Entretanto, não sou estatista; sou privatista; não sou nacionalista ao molde de V. Exa., ao seu feitio. Nacionalismo, para mim, não tem o sentido que V. Exa. acha, que é o seu nacionalismo. Isso é que eu quero afirmar a V. Exa.

O SR. LUCIANO LOPERA — Isso V. Exa. já afirmou e está abusando da tolerância do orador, que está permitindo que V. Exa. faça o que na gíria se diz "chover no molhado", porque eu havia apenas começado a falar a respeito da Light e da Bond & Share.

O Sr. Wilson Lapa — Estou chovendo em pedra dura!

O SR. LUCIANO LOPERA — V. Exa. disse que apóia essa tese que estou defendendo e ao mesmo tempo diz que não concorda com a tese do estatismo, que eu não havia ainda adentrado!

O Sr. Wilson Lapa — Chover na pedra soviética é chover em pedra dura.

O SR. LUCIANO LOPERA — Porque "chover no molhado" é dizer que é contra a remessa de lucros por empresas particulares e ao mesmo tempo dizer que é contra o estatismo!

O Sr. Wilson Lapa — Não sou favorável à remessa de lucros para o exterior. Mas isto não significa que estou de acordo com V. Exa. e me coloco na posição de ser um inocente útil à causa que V. Exa. defende. V. Exa. se utiliza de teses eminentemente nacionais, patrióticas e dignas, para realizar o plano ideológico de V. Exa., que é inconsciente. V. Exa. é anti-americano e nacionalista em função de uma política internacional, eis que V. Exa. já teve oportunidade e a dignidade de confessar dessa tribuna que é, antes de tudo, comunista. Confesse, com dignidade, que é até comunista antes de ser brasileiro, a feitio e modo do seu chefe.

O SR. LUCIANO LOPERA — Sr. Presidente, tendo em vista o último aparte do nobre deputado Wilson Lapa, gostaria que V. Exa. mandasse consultar os Anais desta Casa, para ver se qualquer dia eu, ou qualquer outro deputado, disse aquilo que S. Exa. está afirmando.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência verificará e informará ao nobre deputado Luciano Lopera.

O SR. LUCIANO LOPERA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Estava iniciando as minhas palavras para combater uma tese que hoje, felizmente, é combatida por elementos das mais variadas tendências político-partidárias, ou seja, a tese de que o Estado não pode continuar a usar o dinheiro público para construir usinas hidrelétricas ou qualquer outro empreendimento e depois, ao invés de dar a exploração ao próprio Estado, a fim de que os lucros revertam para o nosso povo, continue a permitir que empresas particulares estrangeiras usufruam dessas vantagens.

Não havia adentrado nenhuma questão político-partidária ou político-ideológica, porque essas teses, sendo nacionalistas, são, hoje mais do que nunca, apoiadas por elementos de todos os partidos políticos, de todas as religiões e de todas as ideologias.

Se deturpam o meu pensamento, fazem-no graciosamente, uma vez que o momento não é para discussão de nenhuma tese filosófica ou ideológica.

Falamos em estatismo, isto sim. Neste momento, faço defesa do estatismo, porque não poderia, sem ser incoerente, dizer que o Estado construa usinas hidrelétricas — que é estatismo — e, ao mesmo tempo, ser partidário da tese de que os lucros ou a distribuição de energia elétrica sejam entregues a empresas particulares. Haveria, de minha parte, incoerência absoluta.

Quem, portanto, combate a Light ou qualquer outro truste estrangeiro, ao mesmo tempo apóia o estatismo. Ou é assim ou então é um débil mental, que anda com os pés em duas canoas, querendo defender o estatismo combatendo os trustes internacionais e ao mesmo tempo querendo combater o estatismo porque é favorável à iniciativa particular numa questão de importância fundamental, como esta aqui.

Sou pela iniciativa particular, num país como o Brasil, onde praticamente tudo está por fazer. Mas acho que o Estado deve intervir no que é fundamental, ou seja, no ensino, na questão do petróleo, na de energia elétrica, etc. No fundamental, porque acho que riquezas como estas não podem permanecer nas mãos de particulares, sejam nacionais ou estrangeiros. Esta é a tese vito-